



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

1 Às 09h30min do dia 14 do mês de setembro de 2023, reuniram-se em caráter ordinário os membros
2 do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe: Agência Estadual de Meio
3 Ambiente (CPRH), Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco
4 (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI), Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal
5 Newton Cavalcanti (CIMNC), Prefeitura Municipal de Igarassu, Universidade Federal de Pernambuco
6 (UFPE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Federação das
7 Indústrias de Pernambuco (FIEPE), Usina São José, Associação dos Fornecedores de Cana de
8 Pernambuco (AFCP), Associação Águas do Nordeste (ANE) e Centro de Pesquisas Ambientais do
9 Nordeste (CEPAN), além de servidores da CPRH, para debaterem sobre a seguinte pauta: **a)**
10 **Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; c)**
11 **Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba;**
12 **d) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA; e) Atualização sobre**
13 **o projeto do Arco Viário Metropolitano; f) Aprovação *ad referendum* de resposta ao Ministério**
14 **Público Federal (MPF) sobre estudo ambiental preliminar da ESA; g) Atualização sobre o projeto da**
15 **Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC; h) Informes gerais.** Na função de gestora
16 da APA Aldeia-Beberibe e Presidente do Conselho Gestor, iniciei a sessão dando boas-vindas e
17 agradecendo a presença de todos. Inicialmente solicitei a retirada de pauta do item **a) Aprovação da**
18 **ata da reunião anterior**, tendo em vista que não consegui finalizá-la a tempo da reunião em virtude
19 da sobrecarga de trabalho, já que além da APA Aldeia-Beberibe venho acumulando a gestão da
20 Estação Ecológica de Caetés, onde também estou sozinha na gestão, sem apoio ou suporte, tendo
21 que lidar com todas as atividades inerentes às peculiaridades de cada uma das unidades. Dessa
22 forma, propus que a aprovação da ata da reunião do dia 28 de junho de 2023 seja realizada na
23 próxima reunião do Conselho, o que foi aprovado por unanimidade pela Plenária. O conselheiro
24 Ricardo Braga, da ANE, sugeriu que fosse indicado um membro para assumir a Secretaria Executiva
25 deste Conselho. Informei que isso seria possível desde que houvesse alteração no Regimento
26 Interno, que define que a Secretaria Executiva deve ser assumida por um servidor da CPRH. Assim,
27 passamos ao ponto **b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes**, sendo empossados: na
28 representação do Exército Brasileiro – CIMNC, o Cel. Rodrigo de Araújo Lira do Nascimento, como
29 conselheiro titular, e a Ten. Elisabeth Rodrigues, como conselheira suplente; na representação do
30 CEPAN, o Sr. Joaquim José de Freitas Neto, como conselheiro suplente. Considerando que a
31 representação da SEMAS/PEDI, que vem conduzindo os processos e traria informações sobre os
32 pontos de pauta c) e d) ainda estava a caminho da reunião, propus a inversão de pauta de modo que



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

passássemos a discutir os pontos seguintes, encaminhamento aprovado pela Plenária por unanimidade, de modo que passamos ao ponto de pauta **e) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano**. Informei que formalmente não fomos informados de novidades no projeto do lote 1, e que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC) continua estudando as alternativas locais do empreendimento. Esclareci que as notícias recentes de contratação de projeto executivo se referem ao lote 2, trecho da BR 408 até Suape, que já está licenciado pela CPRH. Lembrei que na última reunião foi deliberado que o Conselho Gestor convidasse a SDEC para apresentar o estudo que vem sendo desenvolvido para o Arco Viário, mas não consegui contato com os responsáveis para articular tal momento. Dessa forma, me comprometi a continuar as tratativas para que a apresentação seja feita na próxima reunião. Passando ao ponto de pauta seguinte, **f) Aprovação ad referendum de resposta ao Ministério Público Federal (MPF) sobre estudo ambiental preliminar da ESA**, iniciei contextualizando a solicitação do parquet, datada de 02 de junho de 2023. Tal demanda entraria na pauta da reunião do dia 28 de junho de 2023, mas não houve tempo hábil para finalização da resposta até aquela data. Esclareci que a resposta foi construída conjuntamente por conselheiros e pesquisadores, sendo respaldado em estudos e artigos científicos. O documento foi enviado aos conselheiros por e-mail para conhecimento e apreciação antes de ser remetida formalmente ao MPF, *ad referendum*, em 31 de agosto de 2023, restando então a aprovação formal pela Plenária deste Conselho Gestor. Comentei que o documento final inclui as moções dos Planos de Ação Nacionais (PANs) para espécies ameaçadas dos grupos herpetofauna e primatas do Nordeste em virtude da preocupação relacionada à perda de habitat para tais espécies, especialmente aquelas que precisam de um território para sua sobrevivência. Salientei que no prazo dado para apreciação pelos conselheiros, o Cel. Rodrigo, representante do CIMNC, solicitou prazo para providenciar resposta formal do Exército sobre os pontos levantados no documento, ocasião em que esclareci que não caberia submeter a resposta do Conselho diretamente ao Exército, considerando que foi o MPF que disponibilizou o estudo ambiental e solicitou o pronunciamento deste fórum, e não o Exército. Em regime de votação para aprovação do documento de resposta ao MPF, os conselheiros Cel. Rodrigo, representando o CIMNC, e Mônica Rocha, representando a Usina São José, se abstiveram, enquanto os demais conselheiros aprovaram o documento, registrando-se a aprovação por maioria. O Cel. Rodrigo se colocou à disposição para articular reunião técnica com os responsáveis pela elaboração do estudo ambiental do Exército para discussão de alguns pontos técnicos levantados no documento. O conselheiro Ricardo Braga, da ANE, comentou que orientou a tese de doutorado de Hélder Guimarães, militar que estudou a importância ambiental das matas do Exército para a Região Metropolitana do Recife (RMR), e comentou que na ocasião houve a menção a dados secundários de



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

66 fauna e flora, demonstrando que a área do CIMNC foi uma das principais em termos de conservação
67 de serviços ecossistêmicos. Ratificou ainda a importância de reunião técnica com os responsáveis
68 pelo estudo, além da apresentação do projeto em si para o Conselho, com o status atual de
69 conhecimento sobre a área depois de todos os estudos realizados. Passamos então ao ponto de
70 pauta **g) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC,**
71 que tem relação com o ponto anterior. Comentei que as informações que recebemos foram via
72 representação da sociedade civil no Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Governo do Estado para
73 acompanhar a implantação da Escola de Sargentos, já que este tem sido o único espaço onde a
74 gestão da APA tem sido envolvida, ainda que indiretamente, na discussão até o momento. Participam
75 do GT várias secretarias estaduais, a CPRH, o MPPE, a UFRPE e dois representantes da sociedade civil
76 indicados por este Conselho Gestor: o Fórum Socioambiental de Aldeia (titular) e a UFPE (suplente).
77 Na última reunião do GT, realizada dia 17 de agosto, coube ao FSaA e à UFRPE apresentarem os fatos
78 que levam o Conselho Gestor a questionar a locação planejada para o empreendimento. Nesse
79 sentido, o que chegou ao meu conhecimento é que o projeto continua a ser construído pelo
80 Departamento de Patrimônio e Meio Ambiente (DPIMA) do Exército, em Brasília-DF, que inclusive
81 vem realizando desde o ano passado algumas campanhas de levantamento no local para
82 caracterização da área e, em virtude dos achados, bem como dos elementos levados ao
83 conhecimento do Exército, vem realizando ajustes ao projeto. Informei ainda que soube da
84 organização de uma audiência pública sobre a Escola de Sargentos a ser realizada na Assembleia
85 Legislativa de Pernambuco (ALEPE), provocada pelo deputado estadual Renato Antunes, a qual
86 estava prevista inicialmente para agosto, depois para setembro e, após a última reunião do GT,
87 adiada mais uma vez para o mês de outubro, com previsão para o dia 19. A conselheira Bruna
88 Bezerra, da UFPE, comentou que como a última reunião do GT foi limitada aos representantes
89 titulares, e ela é representante suplente deste Conselho, não tem informações para repassar, e
90 considerando que o conselheiro Herbert Tejo, do FSaA, não pode estar presente nesta ocasião para
91 trazer os resultados de tal reunião, ficamos sem ter como contribuir e definir estratégias para
92 abordar a questão. Lembrei a todos que na última reunião deste Conselho Gestor havia sido
93 deliberado pela Plenária o envio de solicitação à SEMAS/PE e à CPRH para que eu participe das
94 reuniões do GT como ouvinte para que seja possível acompanhar as tratativas, já que a CPRH não
95 indicou a gestão da UC envolvida no projeto para participar como membro. Lembrei também que
96 afirmei na ocasião que não seria oportuno que eu enviasse e assinasse tal documento enquanto
97 presidente do Conselho por se tratar de indicação de meu próprio nome, embora regimentalmente
98 fosse possível, diante da situação singular que envolve a discussão do projeto. No entanto, não



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

houve o envio de tal documento até a presente data. A conselheira Luciane Nascimento, da FIEPE, afirmou que entende que ainda é oportuno o envio de tal solicitação à SEMAS e à CPRH, uma vez que considera importante a presença da gestora no ambiente de discussão do projeto no âmbito do Governo do Estado. Comentou ainda que o conselheiro Herbert, do FSaA apresentou o mesmo conteúdo apresentado no GT para a comunidade em Aldeia, a qual foi gravada e está sendo editada para divulgação. Por fim, fez duas solicitações: (1) que seja enviado um lembrete no dia anterior às reuniões do Conselho para os conselheiros e (2) que possamos discutir a questão da alteração do regimento interno do Conselho para possibilitar que algum conselheiro possa assumir a secretaria executiva, mesmo que não seja servidor da CPRH, tendo em vista a sobrecarga de trabalho sobre a gestora e presidente do Conselho Gestor. O conselheiro Ricardo Braga, da ANE, comentou que seria importante que a gestora da UC participasse da reunião do GT como assessoramento técnico da CPRH, o que foi apoiado por outros conselheiros. O conselheiro Gilmar Gonçalves, da Prefeitura de Igarassu, ressaltou como a sociedade civil permanece alheia à discussão sobre a ESA e os possíveis impactos ambientais relacionados, e propôs que o Conselho Gestor assumisse o papel de levar informações à comunidade sobre a situação com a realização de audiências públicas, salientando que o agravamento da crise hídrica pode gerar conflitos sociais sérios. Finalizou afirmando que é testemunha da redução do nível dos rios na região de Igarassu ao longo dos últimos anos e teme as consequências de uma perda de vegetação de Mata Atlântica nas dimensões propostas. A conselheira Luciane, da FIEPE, comentou que o Fórum Socioambiental de Aldeia repetirá a apresentação sobre a ESA na Câmara de Vereadores de Camaragibe, a pedidos, e da mesma forma ela poderia se repetir em outros espaços articulados por outros conselheiros. Esclareci que entendo que o Conselho é um espaço de discussão, compartilhamento e nivelamento de informações, bem como de proposição de encaminhamentos para os atores envolvidos no território, no âmbito das atribuições de cada instituição que o compõe, mas há uma limitação de atuação do conselho, que tem caráter consultivo e não deliberativo. A conselheira Bruna Bezerra, da UFPE, comentou que o GT está, enfim, proporcionando um diálogo apropriado em torno da ESA, de modo que a discussão está avançando, uma vez que o Exército tem feito adequações ao projeto inicial em virtude dos apontamentos dos representantes deste Conselho no GT, e que espera que os trabalhos continuem nessa linha até que se chegue a um denominador comum. O conselheiro Gilmar, da Prefeitura de Igarassu, afirmou que tem receio da intransigência do Exército em não aceitar as alternativas locais vislumbradas, e lembrou que o desastre da Braskem em Maceió começou com a falta de escuta das preocupações da sociedade e da academia, e se considerou apenas o argumento econômico. O conselheiro Cel. Rodrigo Lira, do CIMNC, comentou que o Exército fez visitas



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

132 institucionais aos representantes de cinco municípios que compõem o campo de instrução para
133 tratar sobre a ESA, destacando que o projeto ainda está em fase embrionária, mas que já busca a
134 máxima sustentabilidade em termos construtivos. Em relação ao GT, afirmou que entende que o seu
135 objetivo inicial foi nivelar as informações entre todos os tomadores de decisão envolvidos na
136 discussão e que somente após o seu amadurecimento seria oportuno trazer a discussão ao nível
137 técnico. Dito isso, questionou em que momento a CPRH e o Conselho Gestor se manifestariam no
138 processo, e se seria possível o Conselho Gestor se posicionar de forma divergente do representante
139 maior da CPRH, que é o presidente. Esclareci que na verdade o Conselho Gestor não está submetido
140 hierarquicamente à CPRH, uma vez que é um órgão consultivo vinculado; se trata de um fórum
141 independente conduzido por um servidor da CPRH indicado pelo diretor-presidente da Agência
142 (gestor da UC e presidente do Conselho), que é o órgão gestor da Unidade de Conservação, mas não
143 do Conselho Gestor. Logo, enquanto gestora da unidade de conservação, sou submetida à hierarquia
144 da CPRH, mas o conselho gestor tem autonomia e competência para se manifestar de forma
145 independente garantida na legislação ambiental. É por esse motivo que os conselhos em geral são
146 paritários e com ampla representação, para que se busque a governança em temas estratégicos,
147 como a gestão de áreas protegidas. A conselheira Mônica Rocha, da Usina São José, questionou a
148 necessidade de o conselho requerer a participação da gestora no GT uma vez que o órgão gestor da
149 UC, a CPRH, já está representado na pessoa do diretor-presidente da Agência, o que poderia gerar
150 uma dupla representação da CPRH, além de que o Conselho está representado pelo FSaA e pela
151 UFPE. Finalizou afirmando que entende que seria melhor que solicitássemos que o presidente
152 estabelecesse uma troca de informações técnicas antes e depois das reuniões do GT para que assim
153 as informações possam ser repassadas ao Pleno do Conselho. O conselheiro Gilmar, da Prefeitura de
154 Igarassu, discordou e afirmou que já está claro que não há a intenção da direção da CPRH em
155 estabelecer esse diálogo com a gestão da UC e, mesmo se tivesse, certamente seriam perdidas
156 oportunidades de esclarecimentos e minúcias importantes do debate devido à falta de propriedade
157 sobre o território e suas especificidades. Interrompi a discussão que se sucedeu e esclareci que o que
158 foi aprovado na reunião anterior foi a solicitação para que eu participe do GT como ouvinte e não
159 como membro do GT, a exemplo do que acontece com os outros órgãos que levam outras pessoas
160 além dos membros do GT para as reuniões na forma de assessoria técnica, a exemplo da SEMAS e do
161 próprio Exército. A conselheira Mônica, da Usina São José relatou que infelizmente a questão da
162 comunicação interna da CPRH é um problema antigo, inclusive dentro dos procedimentos de
163 licenciamento ambiental, e quando envolve a relação com os conselhos gestores da UCs, fica ainda
164 mais evidente. O conselheiro Ricardo, da ANE, propôs a revalidação da aprovação da solicitação para



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

que a gestão da APA participe do GT como ouvinte, bem como seu envio para CPRH e SEMAS, o que foi acatado novamente por unanimidade. O conselheiro Ricardo se disponibilizou a minutar o documento até o dia 20 de setembro e submeter à apreciação e assinatura dos demais conselheiros. Como discutido na reunião anterior, por representarmos as instituições arguidas, não seria apropriado que a conselheira Marina, da SEMAS/PEDI, e eu assinássemos o documento. Com a chegada da conselheira Marina, voltamos aos pontos de pauta em aberto. Em relação ao ponto **c) Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba**, Marina informou que não houveram muitos avanços desde a atualização da reunião anterior, de modo que a SEMAS continua avaliando as questões contratuais do Programa UC Pernambuco. A diferença é que no status repassado na última reunião o jurídico da SEMAS ainda não havia se posicionado e agora já estão sendo realizadas as tratativas jurídicas para subsidiar um encaminhamento adequado para providenciar a rescisão do contrato. A conselheira Marina ainda informou que a elaboração e revisão dos planos de manejo das Unidades de Conservação é um programa prioritário para o governo estadual. Questionado por mim, o conselheiro Joaquim, do CEPAN, entidade subcontratada pelo ITEP para os produtos da Agrupamento Aldeia, respondeu que para esse grupo foram entregues os relatórios individualizados de cada uma das duas UCs com o resultado do diagnóstico socioambiental preliminar, tendo ficado pendentes as oficinas participativas de validação dos dados, o zoneamento e os programas de manejo. Ressaltei a necessidade de urgência na solução da questão considerando que o plano de manejo atual já tem 10 anos e a cada dia se mostra mais desatualizado diante dos novos desafios que aparecem para a gestão. Passamos então ao próximo ponto de pauta, **d) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA**; na ocasião fiz uma breve contextualização sobre a situação para os novos conselheiros para nivelar as informações. Diante do fato de continuarmos sem a publicação do mapa com a delimitação dos corredores ecológicos da APA, mesmo com o acompanhamento próximo do Ministério Público de Pernambuco, na última reunião foi deliberado que solicitaríamos que a Semas envidasse esforços para resolver a questão, e a representante da pasta no Conselho intermediaria as tratativas para buscar a resolução da questão. O conselheiro Joaquim, do CEPAN, questionou se haveria a possibilidade de tal publicação se dar no SIG caburé, uma vez que a publicação meramente no Diário Oficial não é suficiente para acesso adequado aos limites dos corredores. Respondi que sim, será disponibilizado na nova plataforma Caburé, bem como no portal da CPRH, e que a alteração proposta no decreto trata disso também. A conselheira Marina, da SEMAS, informou que após a nossa última reunião o corpo técnico da Secretaria se debruçou sobre o estudo dos corredores e os resultados obtidos, bem como sobre a delimitação final proposta, a qual foi apresentada à gestão da



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

198 Semas. No entanto, em virtude do rebatimento da delimitação dos corredores com os projetos
199 estruturadores que potencialmente podem se localizar na APA, a SEMAS entendeu que há
200 necessidade de complementar os estudos com pesquisas de valoração ambiental, de modo a
201 demonstrar o potencial de conservação da área em termos econômicos, a exemplo de créditos de
202 carbono, biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Salientei a urgência em solucionar tais questões
203 uma vez que permanecemos numa insegurança jurídica que limita nosso poder de proteção dos
204 remanescentes de Mata atlântica inseridos nos corredores 5 anos após a conclusão de seus estudos
205 indicarem que a atuação prioritária é não perder mais cobertura florestal na área. Por outro lado,
206 lembrei que o decreto é muito mais fomentador de políticas públicas para conservação florestal na
207 APA do que limitador, uma vez que a principal limitação imposta se dá pela aplicação da Lei Federal
208 nº 11.428/2006, que trata do regime jurídico da Mata Atlântica. O conselheiro Anselmo, do IFPE,
209 questionou a conselheira Marina, da SEMAS, se os novos estudos terão como objetivo alterar limites
210 do corredor, ao qual ela respondeu que não, seria apenas para dar maiores subsídios para justificar a
211 proteção do território. O conselheiro Anselmo afirmou que, em seu entendimento, a publicação do
212 mapa independe da elaboração de tais estudos, tanto pelo fato de que estudos já foram realizados e
213 validados pela sociedade, quanto pela demora que pode levar até que esses estudos
214 complementares sejam realizados para mero convencimento da nova gestão estadual. O conselheiro
215 Ricardo, da ANE, propôs envio de carta solicitando celeridade na publicação do mapa do corredor
216 ecológico da APA, o que foi aprovado por unanimidade. Passando ao item h) Informes gerais,
217 informamos que os biólogos membros do Conselho Gestor da APA (eu, Ricardo, Ana Carolina, Bruna,
218 Marina e Severino Rodrigo) foram homenageados em sessão solene da Câmara dos Vereadores do
219 Recife em alusão ao dia da bióloga e do biólogo no último dia 04 de setembro, o que certamente é
220 reflexo da atuação de cada um nas suas respectivas áreas e no conselho. Informei também que
221 embora o procedimento para a ciência e anuência no licenciamento ambiental de empreendimentos
222 em unidades de conservação na CPRH não tenha sido formalmente estabelecido, tenho notado o
223 aumento de processos sendo encaminhados para conhecimento da gestão da APA Aldeia-Beberibe e
224 certamente será otimizado com a instituição de novos procedimentos relacionados à nova
225 plataforma ambiental Caburé. Já no que trata do licenciamento pelas gestões municipais, informei
226 que o tema vem sendo acompanhado pelo Ministério Público, especialmente o caso do município do
227 Recife em virtude de denúncia encaminhada por deliberação deste Conselho, mas não houve
228 evolução recente. A conselheira Luciane, da FIEPE, solicitou espaço para demonstrar preocupação
229 em relação ao atropelamento de animais silvestres nas rodovias dentro da APA, sobretudo após o
230 recente registro de atropelamento de uma jaguatirica na PE-27. Informei que também tomamos



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

231 conhecimento do ocorrido e que estamos estudando formas de financiamento para uma campanha
232 para evitar tal situação bem como a sinalização das áreas com maior incidência desse tipo de
233 acidente que tanto afeta nossa fauna silvestre, sobretudo os mamíferos, já tão escassos. Nada mais
234 havendo a tratar, às 11h50min declarei encerrada a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA
235 Aldeia-Beberibe. Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente
236 do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes
237 na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 14 de setembro de 2023.